

CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO - UNILEÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DÁLISSE OLIVEIRA ALVES

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE AMBIENTAL NA REDUÇÃO DE CUSTOS

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2020

DÁLISSON OLIVEIRA ALVES

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE AMBIENTAL NA REDUÇÃO DE CUSTOS

Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade *Artigo Científico*, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio – UNILEÃO, para a obtenção do grau de Bacharel.

Orientador(a): Prof. Esp. Irenaldo da Silva Vidal de Negreiros Junior

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2020

DÁLISSON OLIVEIRA ALVES

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE AMBIENTAL NA REDUÇÃO DE CUSTOS

Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade *Artigo Científico*, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio – UNILEÃO, para a obtenção do grau de Bacharel.

Orientador(a): Prof. Esp. Irenaldo da Silva Vidal de Negreiros Junior

Data da Aprovação: 11 / 12 / 2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Irenaldo da Silva Vidal de Negreiros Junior
Orientador
Centro Universitário Doutor Leão Sampaio

Prof. Me. Cicero Ricardo Cavalcante da Silva
Membro 1
Centro Universitário Doutor Leão Sampaio

Prof^a. Ms. Ana Marília de Oliveira
Membro 2
Centro Universitário Doutor Leão Sampaio

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2020

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE AMBIENTAL NA REDUÇÃO DE CUSTOS

Dálisson Oliveira Alves¹

Irenaldo da Silva Vidal de Negreiros Junior²

RESUMO

A contabilidade ambiental veio como um meio de combater a degradação ambiental cada vez mais frequente, sendo uma opção de controle dos prejuízos ambientais causados pelo exercício de atividades ao ecossistema. Dessa forma, tem o objetivo de controlar, proteger e recuperar o ecossistema, obedecendo a legislação ambiental. Esse trabalho tem como objetivo mostrar como a contabilidade ambiental pode auxiliar as empresas na redução de custos e com isso promover o desenvolvimento sustentável; junto a isso contribuir para a tomada de decisões para minimizar os impactos negativos. Por meio de revisão bibliográfica foi possível identificar que é possível a redução de custos ambientais, econômicos e sociais, além da obtenção de vantagens e benefícios com a implantação da contabilidade ambiental. Identificou-se, além dos benefícios a entidade, a importância para a sociedade e os acadêmicos, com a melhor qualidade de vida e a possibilidade de novos estudos e a efetiva aplicação. A pesquisa foi produzida através da pesquisa bibliográfica qualitativa, promovida através da busca em livros e artigos voltados à temática abordada, sendo feito um levantamento bibliográfico. Sendo assim, este artigo buscou mostrar a importância da contabilidade ambiental para a redução de custos, trazendo fundamentação teórica de como é possível o desenvolvimento com a preservação ambiental.

Palavra Chave: Contabilidade ambiental. Redução de custos. Desenvolvimento. Prejuízos ambientais.

ABSTRACT

Environmental accounting came as a means of combating environmental degradation which is increasingly frequent, being an option to control environmental damage caused by the exercise of activities to the ecosystem. In this way, it aims to control, protect and recover the ecosystem, in compliance with environmental legislation. This work aims to show how environmental accounting can help companies reduce costs and this way promote sustainable development; along with this contribute to making decisions that minimize negative impacts. Through bibliographic review, it was possible to identify that it is possible to reduce environmental, economic and social costs, in addition to obtaining advantages and benefits with the implementation of environmental accounting. In addition to the benefits of the entity, the importance for society and academics was identified, with better quality of life and the possibility of further studies and effective application. The research was produced through qualitative bibliographic research, promoted through the search in books and articles focused on the theme addressed, and a bibliographic survey was carried out. Therefore, this article sought to show the importance of environmental accounting for cost reduction, providing theoretical foundation of how development with environmental preservation is possible.

Keywords: Environmental accounting. Cost reduction. Development. Environmental damage.

¹ Concludente do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio Email: dalissonoliveiral@outlook.com

² Orientador. Prof. Esp. em Docência do Ensino Superior pela Universidade Pitágoras - Unopar. Docente da Unileão. E-mail: juniorvidal@leaosampaio.edur.br

1 INTRODUÇÃO

Desde a revolução industrial o foco principal das entidades foi a eficiência e eficácia dos sistemas produtivos, com isso a questão ambiental não foi de grande relevância nas décadas passadas, porém devido ao forte impacto das ações prejudiciais à evolução do sistema ecológico foi revelado que não se mais podia continuar com determinadas atitudes e que a questão ambiental deveria ser discutida (CARVALHO, 2011).

Com isso, a questão ambiental surgiu como uma preocupação com o futuro, visto que a boa qualidade dos produtos está diretamente relacionada à saúde. Junto a isso, a contabilidade ambiental em 1970, que, em razão da degradação ambiental cada vez mais frequente, mostrou-se como uma opção de controle dos prejuízos ambientais causados no exercício das atividades ao meio ecológico (RIBEIRO, 2010; ROBLES; TINOCO, 2004)

A contabilidade ambiental tem o objetivo de expor os resultados causados pelas empresas em um determinado período, de forma que possa controlar os impactos, proteger e recuperar o ecossistema estando presentes em contas contábeis adaptadas para comportar as informações ambientais estando compatíveis com os princípios contábeis (RIBEIRO, 2010; ROBLES; TINOCO, 2004).

Assim, tem-se a contabilidade ambiental elencada e apresentada nas demonstrações contábeis adaptadas as informações ambientais, como o balanço ambiental e a demonstração do resultado do exercício ambiental. Dessa forma, estas são compostas pelo ativo ambiental, passivo ambiental, patrimônio líquido ambiental, despesas ambientais, custo ambientais e receitas ambientais (CONCEIÇÃO et. al., 2014; RIBEIRO, 2010).

Dessa forma tem-se a escrituração contábil ambiental como meio para gestão ambiental, de modo que esta última traz um conjunto de processos para que a entidade possa administrar o seu relacionamento com o meio ambiente, vindo a minimizar ou até eliminar efeitos prejudiciais ao ambiente e junto a isso adquirir benefícios. Agregado a esta gestão ambiental vem o gerenciamento ambiental, que consiste em uma relação de rotinas e de procedimentos para melhoria deste relacionamento (RIBEIRO, 2010; TINOCO e KRAEMER, 2011).

Com isso, tem-se benefícios na aplicação da contabilidade ambiental, sendo eles econômicos e estratégicos onde a empresa pode ter a redução de custos e adquirir vantagens diante os seus concorrentes. Além disto, tem o desenvolvimento sustentável que permite o crescimento da empresa sem prejuízos ao ambiente e com isso poderá contribuir com a sustentabilidade, conquistar novos clientes, novas oportunidades de negócios e obter a redução

de custos ambientais e da qualidade de vida (HANSEN; MOWEN 2001; SANTOS, 2019; TINOCO e KRAEMER, 2011).

Esse trabalho tem por objetivo geral demonstrar que a contabilidade ambiental pode auxiliar as empresas na redução de custos, de modo que essas possam auxiliar na sustentabilidade e preservação ambiental e obter benefícios e vantagens como consequência. Os objetivos específicos são: explicar como é composta a contabilidade ambiental, como ela irá impactar no meio ambiente e nos custos das empresas, além de demonstrar como essas informações auxiliam na visão da relação entre empresa e o meio ambiente.

Além dos benefícios para entidade, a pesquisa mostra-se importante para a sociedade quanto aos reflexos ambientais na qualidade de vida. Do mesmo modo há reflexos positivos para a sociedade acadêmica que, sendo a próxima geração, possibilitará novos estudos e a aplicação efetiva da contabilidade ambiental.

Este artigo justifica-se pelo fato de que os prejuízos ambientais são cada vez mais frequentes devido a inobservância das empresas à preservação ambiental relatada a cada dia. Desse modo, é necessário demonstrar a importância da contabilidade ambiental para o combate à degradação, ao mesmo tempo que contribui com as organizações que buscam pela gestão ambiental para tomada de decisões.

O trabalho tem uma abordagem qualitativa que vem com a revisão bibliográfica através de livros e artigos, em seguida, tem-se a metodologia utilizada seguida das considerações finais com os resultados obtidos a partir do estudo, mostrando que é possível o desenvolvimento e a redução de custos com a preservação ambiental.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE AMBIENTAL

Frente a atual situação mundial em que a sustentabilidade está cada vez mais evidente em razão da degradação ambiental, a contabilidade ambiental vem com uma ramificação da contabilidade convencional, que trata de como as empresas agem frente ao meio ambiente (RIBEIRO, 2010).

A contabilidade ambiental é o meio utilizado pelas organizações para o acompanhamento e registro das ações que estas tomam frente ao meio ambiente na elaboração de um produto ou prestação de serviço, ou seja, é a contabilização dos fatos que impactam no meio ambiente por parte da empresa na execução das suas atividades, sejam elas positivas ou negativas (ROBLES; TINOCO, 2004).

Com a contabilidade ambiental as empresas têm o controle das suas ações frente ao meio ambiente, isto traz informações valiosas em uma tomada de decisão ou até mesmo no marketing da empresa, onde demonstram a sua preocupação tanto com a sustentabilidade econômica quanto com a qualidade de vida e as gerações futuras. Esse controle é feito através do cálculo dos benefícios e prejuízos causados no decorrer de um período e demonstra os efeitos decorrentes da exploração ao meio ambiente. Esses cálculos são essenciais para a empresa avaliar sua situação ambiental e patrimonial (RIBEIRO, 2010).

Decorrentes dos graves acontecimentos ambientais, em 1970, a contabilidade ambiental tornou-se evidente a partir da preocupação das empresas com o destino do meio ambiente. Em 1974 a contabilidade ambiental entrou nas empresas devido à crise do petróleo que trouxe altos custos. Em Roma havia um clube de cientistas de todos os países que preocupados com o futuro, publicaram um relatório chamado “Limites de Crescimento”, nele esclareceu que se não houvesse a preocupação por partes da sociedade e das organizações, haveria sérios problemas em um futuro próximo, como o esgotamento dos recursos naturais, afetando a economia e gerando problemas relacionados à saúde (ROBLES; TINOCO, 2004).

A contabilidade ambiental tornou-se mais forte somente em 1998 devido ao Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrões Internacionais e Relatórios (*United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting – Isar*) que finalizaram o “relatório financeiro e contábil que tratava dos passivos e custos ambientais” (ROBLES; TINOCO, 2004).

Segundo Ribeiro (2010), o objetivo da contabilidade ambiental seria identificar, mensurar e esclarecer as ações econômicas de uma empresa a fim de demonstrar sua situação frente ao meio ambiente em determinado período, de forma a protegê-la e recuperá-la.

Já de acordo com Robles e Tinoco (2004), a contabilidade ambiental tem como objetivo o registro das transações que afetam o meio ambiente e seus efeitos econômicos e financeiros na empresa, além dos ativos, passivos e custos ambientais que deveriam ser compatíveis com os princípios contábeis, com ampla transparência.

Frente a isso, a contabilidade ambiental tem como objetivo demonstrar os efeitos causados em decorrência das ações praticadas pelas organizações ao meio ambiente em determinado período, de modo a controlar, proteger e recuperar, considerando ainda que os ativos, passivos e custos ambientais devem estar em concordância com os princípios contábeis.

2.2 GRUPOS CONTÁBEIS AMBIENTAIS

2.2.1 Ativo Ambiental

Segundo Tinoco e Kraemer (2011), o ativo ambiental pode apresentar-se como capital circulante ou fixo, onde todos os bens e direitos são provenientes da gestão ambiental ou tenham o mesmo objetivo desta. Acrescentam ainda que os desembolsos voltados para reduzir e evitar danos ou preservar o meio ambiente terão de ser voltados à atividade da organização de forma frequente e estarem em conformidade com a Directriz Contabilística nº 29, da Comissão de Normalização Contabilista de Portugal. Esta norma orienta quanto a finalidade dos custos, se estão relacionados a benefícios esperados para entidade ou se permitem evitar ou reduzir os danos ambientais decorrentes de atividades futuras advindas da entidade.

Conforme os mesmos autores, constituem exemplos de ativos ambientais os equipamentos, investimentos em máquinas, instalações, acessórios e peças que tenham o enfoque na redução ou eliminação dos níveis de poluição, assim como amenização dos riscos ambientais e gastos com pesquisas e desenvolvimento que venham a ter influência positiva em exercícios futuros.

Ribeiro (2010) descreve o ativo ambiental como os bens e direitos que sejam capazes de gerar vantagens futuras à entidade no intuito de proteger, guardar e recuperar o meio ambiente. Além disso, devem ser evidenciadas separadas das demonstrações contábeis, de modo que permita o usuário demonstrar sua preocupação e esforços na preservação ambiental, possibilitando assim análise e comparação das informações com outras constantes nestas.

Com isso, tem-se o ativo ambiental como a demonstração dos bens e direitos voltados à preservação ambiental, sendo aqueles que mostram os esforços da entidade e sua preocupação ambiental e com a gerações futuras no que tange suas ações frente ao ecossistema.

2.2.2 Passivos Ambiental

Iudícibus e Martins (2010) definem passivo como aquelas obrigações a pagar, ou seja, como as obrigações que a entidade tem com terceiros. Dessa forma, exemplificam com algumas obrigações que são comuns às entidades como Fornecedores, impostos a pagar e salários a pagar.

Frente a isso, Ribeiro (2010) esclarece que o passivo ambiental se refere ao sacrifício de benefícios econômicos ou resultados que seja decorrente de ações inadequadas referente às questões ambientais ou em razão da busca pelo cuidado, pela proteção e recuperação do meio ambiente, sendo possível a adequação entre este e o desenvolvimento econômico.

Dessa forma, o passivo ambiental é toda ação praticada pela organização contra o meio ambiente que venha a trazer investimento para reparação dos danos causados, assim como encargos e multas advindas dessas práticas, sendo evidenciadas de modo a trazer informações sobre o empenho da organização no cumprimento da responsabilidade socioambiental.

2.2.3 Receitas Ambientais

De acordo com Iudícibus (2010), receita é compreendida como a entrada de unidades no ativo em forma de direitos a receber ou dinheiro oriundo da prestação de serviço ou venda de mercadoria.

Frente a isso, Silva e Rios (2014) referem-se a receita ambiental como sendo aquelas auferidas na venda de produtos reciclados pela empresa ou de subprodutos criados por elas, sendo estas consideradas fontes de receita.

Tinoco e Kraemer (2011) expõem como exemplos de receitas ambientais a venda de produtos reciclados, venda de produtos feitos a partir de sobras de matérias-primas do processo produtivo, redução de matérias primas, redução de energia e água, como também a prestação do serviço especializados voltadas a gestão ambiental.

Verifica-se que as receitas ambientais são aquelas em que há a reciclagem das sobras de matérias-primas e produtos para a elaboração de um novo produto que irá compor o seu Ativo no grupo de Estoques, além da redução dos custos operacionais e direitos voltados à prestação de serviços de gestão ambiental.

2.2.4 Despesas Ambientais

Ribeiro (2010) considera como despesa ambiental todos os gastos voltados à gestão ambiental na entidade em determinado período, estes sendo na área administrativa inclusive as horas de trabalho e seus encargos sociais do pessoal do setor ambiental.

O autor supracitado ainda aponta alguns exemplos de despesas ambientais na área administrativas nos departamentos de gerenciamento ambiental, recursos humanos, compras e financeiro, como é o caso dos investimentos em móveis e utensílios que deram origem a depreciação, salários, material de escritório, quantidade de horas trabalhadas e materiais utilizados na seleção, recrutamento e treinamento de pessoal, assim como, na seleção e aquisição de itens necessários a área ambiental.

Para Tinoco e Kraemer (2011), as despesas ambientais são divididas em operacionais e não operacionais. As operacionais são aquelas que incorrem no processo produtivo como, por exemplo, depreciação de equipamentos ambientais e exaustões ambientais. Já as não

operacionais são aquelas ocorridas além da atividade principal da empresa como sanções, multas e compensações de terceiros.

Assim, pode-se concluir que despesas ambientais são aqueles gastos voltados à gerência ambiental na organização, de modo a evidenciar aquilo que foi investido na parte administrativa para o desenvolvimento das atividades inerentes à proteção ambiental.

2.2.5 Custos Ambientais

Custos e despesas ambientais são aqueles gastos relativos à preocupação ambiental, porém os dois se diferem. Com isso, Vellani e Nakao (2009) destacam a diferença entre despesas e custos, considerando os custos ambientais como aqueles gastos incorridos diretamente ligados ao processo produtivo e despesas ambientais como gastos voltados à preservação ambiental na parte administrativa.

Ribeiro (2010) complementa afirmando que os custos ambientais devem contemplar todos aqueles que estejam relacionados direta ou indiretamente à proteção do meio ambiente.

Tinoco e Kraemer (2011) relacionam os custos ambientais em externos e internos, onde os externos são aqueles causados pela existência da empresa ou resultado de sua produção, sendo estes mais difíceis de ser mensurados pela sua externalidade, e os internos relacionados diretamente a linha de frente da entidade, como os custos de preservação e manutenção.

Com isso, os custos ambientais são aqueles gastos voltados à preocupação ambiental, de forma a serem diretos ou indiretos, podendo ainda ser causados pela existência da empresa ou pelos efeitos de sua atividade principal.

2.2.6 Demonstrações Contábeis Adaptadas ao Meio Ambiente

Os impactos ambientais, assim como o desempenho das organizações frente ao meio ambiente, são evidenciados através das demonstrações contábeis ambientais, destinadas aos usuários (NOBRE, 2019).

Nesse sentido, Conceição *et al.* (2014) esclarece que o balanço ambiental manifesta os ativos e passivos ambientais em um determinado período. Dessa forma, as demonstrações ambientais são compostas por ativo ambiental, passivo ambiental e patrimônio líquido ambiental.

Ribeiro (2010) explica que as informações ambientais podem ser evidenciadas no corpo das demonstrações contábeis tradicionais. Assim, poderá haver uma análise das interações entre

a empresa e o meio ambiente em relação ao conjunto patrimonial. No Quadro 1 apresenta um modelo de balanço patrimonial ajustado ao meio ambiente.

Quadro 1 - Balanço patrimonial em seu formato tradicional

Ativo	R\$	Passivo	R\$
Circulante		Circulante	
Itens usuais		Itens usuais	
<i>Bens ou direitos de natureza ambiental</i>		<i>Passivo ambiental</i>	
Realizável a longo prazo		Exigível a longo prazo	
Itens usuais		Itens usuais	
<i>Bens ou direitos de natureza ambiental</i>		<i>Passivo ambiental</i>	
Permanente		Patrimônio líquido	
Itens usuais		Itens usuais	
<i>Bens ou direitos relacionados à preservação, proteção e recuperação ambiental; ou perda de potencial de uso ou serviço.</i>		<i>Lucros ou prejuízos Acumulados (incluindo os efeitos do reconhecimento de ativos e passivos ambientais)</i>	
Total do Ativo		Total do Passivo + PL	

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2010, p.128)

O mesmo autor ainda acrescenta que poderia ser avaliado o total do ativo frente às aplicações, assim como o passivo e o patrimônio líquido sendo confrontados. O passivo ambiental poderia ser posto à frente para análise do total de dívidas, do capital próprio ou até de elementos externos.

Na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) pode ser informada os resultados da empresa em termos ambientais e junto a isso se pode avaliar as receitas obtidas frente aos custos e despesas ambientais, de modo a buscar resultados positivos nas ações implementadas pela organização (RIBEIRO, 2010; SANTOS, 2019).

No Quadro 2, a seguir apresentado, tem-se um modelo de DRE Ambiental.

Quadro 2 - Demonstração do Resultado Do Exercício em formato tradicional

Receita bruta	R\$
(-) Custos da produção	
Itens usuais	
<i>Custos</i>	
◆ <i>Depreciação de equipamentos antipoluentes</i>	
◆ <i>Insumos antipoluentes</i>	
◆ <i>Mão de obra utilizada no controle do ambiente</i>	
(=) Lucro bruto	

(-) Despesas operacionais Itens usuais <i>Despesas</i> ◆ <i>Gastos incorridos na área administrativa</i> ◆ <i>Taxas ou despesas com regulamentação do ambiente</i>	
(=) Resultado operacional	
(+ / -) Resultado não operacional Itens usuais <i>Gastos não operacionais</i> ◆ <i>Multas por infração à legislação ambiental</i> ◆ <i>Penalidades por agressões ao meio ecológico</i>	
(=) Resultado líquido antes dos impostos	

Fonte: Modificado de Ribeiro (2010, p.129)

Dessa forma fica visível os impactos ambientais que são causados pelo desempenho da empresa em determinado período, podendo ser feitas correlações que trarão a possibilidade de idealizar ações para aperfeiçoar suas atitudes, onde efeitos esses afetam a continuidade da empresa e a saúde populacional (RIBEIRO, 2010; TINOCO e KRAEMER, 2011).

Portanto, as demonstrações adaptadas ao meio ambiente são capazes de apontar resultados que possibilitam a comparação e estudo de medidas a serem tomadas, auxiliando as organizações na otimização dos impactos ambientais.

2.3 GESTÃO AMBIENTAL

O gerenciamento ambiental permite que as organizações administrem as relações entre seu desempenho e o meio ambiente, sendo uma série de rotinas e procedimentos. Ele tem como objetivo, entre outros, seguir a legislação aplicável a todo o processo produtivo permitindo a observância e prevenção dos efeitos ambientais da atividade (RIBEIRO, 2010).

Este gerenciamento ambiental é exercido através do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) que permite a todos os tipos de empresa controlar os impactos das suas ações no ambiente (BORTH e FISCHER, 2017; TINOCO e KRAEMER, 2011).

O sistema de gestão ambiental é definido como uma série de processos para administrar uma organização, objetivando um melhor relacionamento com o meio ambiente, visando minimizar ou eliminar seus impactos negativos com medidas preventivas através do planejamento das atividades (TINOCO e KRAEMER, 2011).

Portanto, o gerenciamento ambiental traz aos diversos tipos de empresa a possibilidade de exercer suas atividades específicas observando seus efeitos no ambiente, dessa forma, através de rotinas e procedimentos, preservar o meio ambiente e trazer benefícios. Para isso tem-se o SGA que através do planejamento busca diminuir ou extinguir os resultados negativos ao ecossistema.

2.3.1 Redução de Custos

De acordo com Tinoco e Kraemer (2011), a utilização da contabilidade ambiental traz várias vantagens e benefícios para uma organização, entre eles estão os econômicos e estratégicos, que possibilitam uma abrangência de mercado e a redução de custos.

Os benefícios econômicos são aqueles voltados para a redução de custos, como o consumo de água, energia, a redução de multas e penalidade pela ação de poluir. Já os benefícios estratégicos são aqueles que levam a vantagem competitiva, estes trazem a melhoria da imagem da empresa e, conseqüentemente, a aceitação por parte da sociedade. Além disso, melhora as relações com os colaboradores e aumenta a produtividade, a abrangência dos produtos, entre outros, levando a empresa ao destaque com a diferenciação de seus concorrentes e a novas oportunidades de crescimento (TINOCO e KRAEMER, 2011).

Assim, as aplicações de práticas ambientais podem implicar na redução de custos operacionais, pois estas trazem uma melhor eficiência da produção e redução destes, além de diminuir e prevenir a ocorrência de multa e encargos ambientais.

2.3.2 Desenvolvimento Sustentável na redução de custos

Tem-se desenvolvimento sustentável quando há o crescimento da empresa sem prejuízos ambientais (FIORE, 2004). A partir disso é possível visualizar a obtenção de benefícios e a necessidade do investimento na questão ambiental para uma melhor gestão, pois, além de contribuir com o meio ambiente, é possível atrair clientes e diminuir custos (SANTOS, 2019).

A redução de custos pode ocorrer de várias maneiras, entre elas por meio da eliminação de multas e taxas que poderiam vir a ocorrer ou que vinham ocorrendo por divergências com a lei ambiental, como também por meio da otimização e uso consciente dos recursos da empresa, dessa maneira evitando o desperdício e o possível descarte na natureza. Além destes, as organizações podem se beneficiar com receitas ambientais na venda de insumos reciclados, o que, conseqüentemente, ajudaria na redução de custos (HANSEN; MOWEN 2001; SANTOS, 2019).

Tinoco e Kraemer (2011) reforçam as vantagens que poderão ser obtidas com a aplicação da contabilidade ambiental citando benefícios adicionais que poderiam ser adquiridos. Tendo como exemplo: melhores oportunidades de negócios, vantagem competitiva pelo fornecimento de bens adequados ao meio ambiente, redução de taxas e multas por prejuízos ambientais.

Com isso, é possível concluir que a aplicação da contabilidade ambiental não trará somente desembolso financeiro, mas também vantagens e benefícios relacionados a sociedade, a economia, a qualidade de vida e, principalmente, ao meio ambiente. Portanto, com a gestão ambiental é possível obter esse padrão de forma a administrar as relações gerenciais e ambientais tornando possível o desenvolvimento sustentável.

3 METODOLOGIA

Neste trabalho foi utilizada a metodologia elaborada por meio de pesquisas bibliográficas, com o objetivo exploratório e abordagem qualitativa, que consiste na pesquisa e leitura de várias obras voltada a temática escolhida, com o objetivo de esclarecer ainda mais a teoria apresentada.

Segundo Gil (2002), a pesquisa define-se como o procedimento racional e sistêmico, tendo como objetivo trazer respostas a problemas propostos. Dessa forma, a pesquisa é solicitada quando se não tem informações suficientes para atender ao problema.

O mesmo autor ainda explica pesquisa bibliográfica como aquela baseada em material já disposto, composto, principalmente, por livros e artigos.

Denzin e Lincoln (2006) expõem que a palavra qualitativa enfatiza a qualidade das entidades e dos processos, não podendo ser demonstrados através de números.

Nesse sentido, Richardson (1999) explica que o objetivo da pesquisa qualitativa não está na elaboração de uma opinião, mas no aprofundamento do conhecimento de determinado fenômeno. Dessa forma, o valor da pesquisa não está no tamanho, mas na profundidade na qual o estudo foi realizado.

A pesquisa exploratória consiste em investigações de pesquisas práticas, tendo como objetivo tornar mais familiar o problema, torná-lo mais claro. Este tipo de pesquisa tem como objetivo principal a busca pelo aperfeiçoamento das ideias permitindo que o pesquisador considere vários aspectos do trabalho estudado (GIL, 2002; LAKATOS e MARCONI, 2002).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade ambiental se demonstrou, ao longo dos anos, como uma ferramenta de muita utilidade para os gestores no combate à degradação ambiental. O seu papel é produzir informações voltadas ao meio ambiente e mantê-las atualizadas para a tomada de decisão relacionada às questões ambientais.

Por meio desta pesquisa, foi observado que, além de cumprir com o seu papel sustentável, é possível que as empresas obtenham benefícios e vantagens, o que torna mais atrativos os investimentos com a preservação ambiental, e através disso obter a redução de custos e ganhos competitivos frente à concorrência.

Dessa forma esse trabalho buscou responder a seguinte indagação: Como as empresas podem usar a contabilidade ambiental para reduzir custos? E com os resultados obtidos concluiu-se que a contabilidade ambiental traz meios de reduzir custos econômicos, ambientais e sociais, além de permitir que a entidade obtenha espaço no mercado com novas oportunidades e vantagens competitivas. Com isso, nota-se que a aplicação desta área da contabilidade é de suma importância, trazendo benefícios à sociedade, ao meio ambiente e à própria entidade.

Portanto, a contabilidade ambiental veio com o propósito de trazer informações relevantes aos usuários relacionados aos impactos ambientais e mostrou-se como um meio eficaz de redução de custos e obtenção de benefícios e vantagens para entidade e o meio ambiente, além de adicionar valor ao meio social com mais qualidade de vida.

Contudo, espera-se que este trabalho colabore para uma maior abrangência dos estudos voltados ao cuidado com ecossistema e traga a importância da preservação e relevância no auxílio da redução de custos as organizações, trazendo mais desenvolvimento e qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

BOTH, Francielle; FISCHER, Augusto. **Gestão e contabilidade ambiental**. Unoesc & Ciência-ACSA, v. 8, n. 1, p. 49-58, 2017. Disponível em:

<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/acsa/article/view/12599/pdf>. Acesso em: 25/09/2020.

CARVALHO, G.M.B. **Contabilidade ambiental teoria e pratica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CONCEIÇÃO, Fernando et al. Contabilidade Ambiental. **XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2014. Disponível em:

<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/132021.pdf>. Acesso em: 25/09/2020.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna (orgs). **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

IORE, André Gustavo De. **Contabilidade ambiental, conceitos fundamentais e modelo de contabilização ambiental**. 2004. Disponível em:

<https://repositorio.pgsskroton.com/bitstream/123456789/611/1/artigo%2020.pdf>. Acesso em: 25/09/2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

- HANSEN, D. R; MOWEN, M. M. **Gestão de Custos**. São Paulo: Pioneira, 2001.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. Equipe de Professores da FEA da USP. **Contabilidade introdutória**, 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- NOBRE, Julia Macedo Nogueira et al. **A importância da contabilidade ambiental das empresas no contexto atua**. 2019. Monografia para obtenção de bacharel em ciências contábeis – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2019.
- RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade ambiental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROBLES, Léo Tadeu; TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Contribuição ao desenvolvimento da contabilidade da gestão ambiental como elemento de transparência das questões ambientais: estudo de casos de duas empresas brasileiras com atuação global. **ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓSGRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO-ENANPAD**, v. 28, 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4756/475647701012.pdf>. Acesso em: 25/09/2020.
- SANTOS, Bianca Pereira et al. CONTABILIDADE AMBIENTAL: Aspectos conceituais do estudo. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 3, n. 1, 2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/270224995.pdf>. Acesso em: 25/09/2020
- SILVA, Júlio César Pereira; RIOS, Ricardo Pereira. Contabilidade Ambiental: O grau de conhecimento dos contadores do sul e sudeste do estado do Pará. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios**, São Roque-SP, v. 5, n. 1, p. 1-19, 2014. Disponível em: <http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/administracao/v5_n1_2014/Julio_Cesar.pdf>. Acesso em: 09/10/2020.
- TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- VELLANI, Cassio Luiz; NAKAO, Sílvia Hiroshi. Investimentos ambientais e redução de custos. **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 7, n. 2, p. 57-75, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2737/273720481007.pdf>. Acesso em: 25/09/2020.